

RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.862 - MG (2019/0129337-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : ALEXANDRE ALVIM BITES CASTRO
RECORRENTE : FLAVIA ROBERTA MARTINS AMADEU BITES CASTRO
ADVOGADOS : ALEXANDRE ALVIM BITES CASTRO (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTROS - MG075089
FLAVIA ROBERTA MARTINS AMADEU BITES CASTRO (EM
CAUSA PRÓPRIA) - MG080235
RECORRIDO : ROGERIO VIANA PEREIRA
ADVOGADOS : JORGE LUIZ PEREIRA E OUTRO(S) - MG046336
WILLIAN FARIA DE SÁ - MG092734
INTERES. : EMBRAH EMPRESA BRASILEIRA DE HABITAÇÃO LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE ALVIM BITES CASTRO E OUTRO(S) - MG075089

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO CONFIGURADA. NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela Alexandre Alvim Bites Castro e Flávia Roberta Martins Amadeu Bites Castro, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 1.203):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - JUSTIÇA GRATUITA - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE - DECISÃO MANTIDA. Dispõe o artigo 98 §2º e 3º que a concessão da justiça gratuita não afasta a responsabilidade da parte em arcar com os honorários de sucumbência e as custas processuais. Contudo a exigibilidade dos mesmos fica suspensa e eles só poderão ser executados se, nos cinco anos subsequentes ao trânsito em julgado, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Não restou comprovada a alteração da situação financeira do agravado, não tendo sido o benefício da assistência judiciária revogado, não sendo o simples fato de se ter bloqueado numerário do credor autorização para que se proceda a execução dos honorários, visto que se mantém a inexigibilidade da condenação.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões recursais, alegam os recorrentes ofensa aos arts. 489, II, § 1º e seu inciso IV, 1.022 e 1.023 do CPC/2015, sustentando, em síntese, a ausência de manifestação do Tribunal de origem quanto à não ocorrência da prescrição e à valoração da prova da alteração da condição econômica do recorrido.

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fl. 1.310).

Admitido o recurso especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

De início, é preciso esclarecer que os embargos de declaração possuem fundamentação vinculada, cujo objetivo é sanear a decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo, desse modo, natureza infringente.

Todavia, constatado qualquer dos vícios acima mencionados, é determinante que a correção seja efetuada, a fim de que a prestação jurisdicional requerida do Estado seja efetiva.

No caso em análise, verifica-se que, apesar do Colegiado estadual ter sido instado a pronunciar-se sobre a alegação de que houve erro de contagem pelo Magistrado de origem quanto à inexistência de prescrição acerca dos honorários advocatícios, não houve manifestação sobre o alegado pelo recorrente.

A propósito, confira-se trecho do acórdão prolatado no julgamento dos embargos de declaração (e-STJ, fl. 1.235):

Alega a empresa embargante que o acórdão foi omissor quanto a alegação de inexistência de prescrição, quanto aos valores depositados em favor do agravado e por ele levantados, omissão quanto à anterior autorização do agravado para que os honorários fossem descontados do valor depositado e por ter o agravado confessado. Pede o acolhimento de seus embargos.

Intimado a se manifestar a parte agravada não apresentou resposta ao recurso, conforme certidão de fl. 1044.

É o relatório.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Pois bem. Os embargos de declaração visam, unicamente, completar a decisão quando presente omissão de ponto

fundamental, contradição entre a fundamentação e a conclusão, obscuridade nas razões desenvolvidas ou erro material.

Inadmissível, portanto, quando a parte pretende a reanálise da prova dos autos e do direito aplicável à espécie, utilizando-se dos embargos para obter resultado diverso do que decorre da decisão embargada.

No caso dos autos, as alegações da parte embargante nada mais são que pedido de reanálise das provas dos autos diante do direito aplicável à espécie, ao meu entendimento, impossível pela via recursal eleita.

Desse modo, conclui-se que o acórdão combatido, a despeito da oposição de embargos declaratórios, deixou de sanar efetivamente a omissão apontada, impondo-se, assim, o retorno dos autos para que o órgão competente realize novo julgamento dos aclaratórios, como entender de direito.

A propósito, seguem os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE APRECIAÇÃO DE QUESTÕES RELEVANTES AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. MATÉRIA SUSCITADA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC/1973. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. NECESSIDADE. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/1973. AFASTAMENTO. SÚMULA Nº 98/STJ.

1. O não enfrentamento pela Corte de origem de questões ventiladas nos embargos de declaração e imprescindíveis à solução do litígio implica violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973.
2. Configurada a negativa de prestação, impõe-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem para saneamento do vício.
3. Não evidenciado o caráter protelatório dos embargos de declaração, impõe-se o afastamento da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil de 1973. Incidência da Súmula nº 98/STJ.
4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 433.306/ES, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. NULIDADE DE CITAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO QUANTO AO TEMA. OMISSÃO NO ACÓRDÃO DE ORIGEM. INEXISTÊNCIA. ANULAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.

1. A citação válida é pressuposto de desenvolvimento válido e regular

do processo, não se submetendo à preclusão.

2. No caso concreto, não houve participação do réu (pois revel à época) em pretérito julgamento em que o Tribunal a quo havia assentado a validade do ato citatório.

3. Em tais condições, é omissa o acórdão que, em momento posterior, deixa de apreciar as alegações do réu (anteriormente revel) relativas à nulidade de citação, ao fundamento de que teria ocorrido preclusão quanto ao tema.

4. O acórdão regional que, a despeito de oposição de embargos declaratórios, não sana omissão referente a questão relevante ao deslinde da controvérsia, deve ser anulado, hipótese em que se impõe a devolução dos autos ao tribunal de origem para que nova decisão seja proferida.

5. Agravos regimentais a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1174709/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 13/05/2013)

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de, reconhecendo a violação do art. 1.022 do CPC/2015, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para que julgue as questões suscitadas nos aclaratórios como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator